

Fim do impasse: Plenário vota hoje a reforma da Previdência

A emenda paralela vai detalhar como os governadores fixarão o subteto salarial nos estados. Essa foi a solução encontrada em reunião de Sarney com os líderes partidários para o impasse que atrasou o exame das mudanças na Previdência. Oposição participou de entendimento e proposta deve ser votada hoje



MOBILIZAÇÃO Sarney presidiu a sessão a que compareceram todos os 81 senadores. Renan Calheiros (E) discordou da decisão de manter na reforma o artigo que trata dos subtetos salariais. Oposição levantou questões de ordem

Páginas 3 e 4



Senado aprova novas regras para exame de MPs

Página 2

Congresso diz não à violência contra a mulher

O Congresso Nacional comemorou ontem o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Participaram da sessão solene a ministra canadense Jean Augustine e as atrizes Vera Holtz e Vanessa Gerbelli.

Já o senador Magno Malta apresentou proposta que diminui a maioria penal para 13 anos quando o menor praticar qualquer crime definido pela lei como hediondo. O pai de Liana Friedenbach, estudante assassinada a facadas, apoiou o projeto.

Páginas 6 e 7



PELA PAZ Ao lado de Vanessa Gerbelli e Vera Holtz, Heloísa Helena (D) recebeu flores na sessão solene



ACESSO Vestibular deve ser livre para todos os brasileiros, defende Alberto Silva

Alberto Silva rejeita cotas nas universidades

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse ontem que é contra o estabelecimento de cotas para negros nas universidades, por entender que o sistema é uma espécie de *apartheid*. Ele explicou que é favorável à garantia de um vestibular livre a todos os brasileiros, independentemente de cor, raça, religião ou opção sexual.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), em aparte, disse que, antes de se colocar contra o sistema de cotas, é preciso aprofundar o debate. Ela ressaltou que, muitas vezes, as cotas são ações afirmativas necessárias para quem não tem oportunidades iguais.

Alberto Silva respondeu sugerindo a criação de cursinhos pré-universitários públicos para que os pobres tenham mais oportunidades de aprovação em vestibulares. Ele também defendeu a manutenção da universidade pública e rejeitou a idéia de cobrança de mensalidades.

Ainda em seu pronunciamento, o senador homenageou os 90 anos da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Itajubá (MG), onde se formou.

Tramitação de MP poderá começar pelo Senado

■ Plenário acolheu proposta que alterna início do exame de MPs entre as duas Casas do Congresso

As medidas provisórias (MPs) poderão começar a sua tramitação também pelo Senado. Atualmente, sempre que uma MP é enviada pelo Executivo ao Congresso, é a Câmara dos Deputados a Casa que inicia o exame da matéria. Tendo recebido a aprovação de 74 presentes à sessão, a proposta, de autoria do senador José Jorge (PFL-PE), segue agora para a Câmara. Na última vez em que o assunto foi



QUALIDADE Autor do projeto, José Jorge quer mais tempo para a análise das propostas

examinado, os deputados mantiveram a primazia de iniciar a análise das MPs. Como a PEC que propunha a alteração con-

tinha outras mudanças consideradas urgentes, o Senado aceitou o resultado. Agora a questão é retomada.

Na opinião do autor, o Senado tem pouco tempo para avaliar as medidas provisórias e a regra que obriga o trancamento da pauta até a votação das MPs funciona como forte pressão sobre a Casa.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Hélio Costa (PMDB-MG), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) manifestaram apoio à proposta. O presidente do Senado, José Sarney, vê a proposta como instrumento de equilíbrio entre as duas Casas.



ELOGIOS Ex-deputado federal, Haroldo Lima foi homenageado pelos senadores em Plenário

Haroldo Lima é aprovado como diretor da ANP

Por 57 votos a 12, o Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do ex-deputado federal Haroldo Borges Rodrigues Lima para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Antes da votação da matéria, diversos senadores elogiaram a trajetória do indicado, filiado ao PCdoB da Bahia.

Tião Viana (AC) reconheceu em Haroldo Lima "um defensor dos direitos humanos". Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacaram a honradez e o conhecimento do futuro diretor da ANP.

Em nome do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP) agradeceu os elogios. Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Renan Calheiros (PMDB-AL) também realçaram as qualidades do homenageado.

Já Ney Suassuna (PMDB-PB) exaltou a indicação de um nordestino e Magno Malta (PL-ES) relembrou o trabalho do parlamentar na Bahia. Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou a dignidade de Haroldo Lima.

Não obstante o reconhecimento da atuação do indicado, Paulo Octávio (PFL-DF) reivindicou a transferência da sede da ANP para Brasília. Eduardo Suplicy (PT-SP) declarou que correção e honestidade motivaram seu apoio à indicação.

Também elogiaram o indicado Heráclito Fortes (PFL-PI), Paulo Paim (PT-RS), Efraim Moraes (PFL-PB), Leonel Pavan (PSDB-SC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Amir Lando (PMDB-RO), Alberto Silva (PMDB-PI), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Patrícia Saboya (PPS-CE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), César Borges (PFL-BA), João Ribeiro (PFL-TO), Eurípedes Camargo (PT-DF), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Agenda



Reforma da Previdência deve ser votada hoje

A sessão de hoje, às 10h, será destinada à votação da proposta de reforma da Previdência (PEC nº 67/03). O exame do texto, previsto para ontem, foi adiado por decisão da Mesa. Às 14h30, o Plenário examina pauta que inclui a primeira sessão de discussão da reforma tributária (PEC nº 74/03).

Senado e Marinha assinam Protocolo de Intenções

O presidente do Senado, José Sarney, abre às 10h a sessão que vai votar a reforma da Previdência. Às 10h30, Sarney recebe o almirante Roberto de Guimarães Carvalho, para assinatura de Protocolo de Intenções entre o Senado Federal e a Marinha; e, às 11h30, d. Geraldo Majella Agnelo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), acompanhado de d. Antônio Celso de Queirós, vice-presidente, e d. Odilo Pedro Scherer, bispo-auxiliar de São Paulo e secretário-geral da entidade.

Audiência sobre a Alca

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em conjunto com a Comissão do Mercosul, realiza amanhã, às 10h, audiência sobre a Alca, com a participação de Dalmo Dalari, professor da Universidade de São Paulo (USP).

Profissão de artesão na CAS

Amanhã, às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina projeto que dispõe sobre profissão de artesão (PLS nº 57/02); e proposta que inclui cobertura, nos planos de saúde, de despesa com transplante de órgãos (PLS nº 75/02).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMAS

Questão relacionada ao subteto salarial provocou atraso nos debates da reforma na sessão de ontem, quando os senadores deveriam decidir sobre a proposta. Plenário se reúne hoje a partir das 10h



PARTICIPAÇÃO Com a presença de todos os 81 senadores, foram debatidos ontem, em Plenário, principais pontos da proposta que altera o sistema previdenciário do país

Impasse adia votação da Previdência para hoje

Um impasse envolvendo os subtetos salariais nos estados acabou provocando atraso na discussão da proposta de emenda à Constituição que modifica a Previdência Social brasileira. Por acordo partidário, o início da votação foi adiado para hoje, em sessão que começará às 10h e deve se prolongar por todo o dia. Houve apenas um início de discussão da matéria no fim da tarde de ontem.

O impasse foi provocado pelo líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), que não aceitou a decisão da liderança do governo, após reuniões com os governadores de Minas e do Rio Grande do Sul, de manter na reforma o artigo que trata dos subtetos. Renan criticou o governador Aécio Neves (PSDB), que veio a Brasília e negociou no Senado a manutenção do subteto. O senador sugere a supressão do artigo sobre tetos e que o assunto seja tratado na chamada emenda paralela.

Para resolver a questão, o presidente do Senado, José Sarney, reuniu em seu gabinete, quan-

do já havia começado a sessão em que a reforma seria votada, os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), do PT, Tião Viana (AC), e do PMDB, Renan Calheiros (AL). Mais tarde, participaram da reunião os líderes dos partidos de oposição, senadores José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), e o líder do PDT, Jefferson Péres (AM).

Subteto

Na reunião, ficou acertado como será a votação da reforma e que, no caso do subteto do Executivo estadual, o assunto continuará na reforma, mas a emenda paralela detalhará como os governadores encaminharão o assunto. "O PMDB dará a palavra final sobre a redação dos subtetos no projeto da emenda paralela", informou Renan Calheiros. Os peemedebistas querem que haja apenas um subteto salarial (ativos e inativos) nos estados.

A discussão da reforma da Previdência Social começou no

Plenário com atraso de quase três horas, já às 18h15. Senadores opositoristas levantaram questões de ordem. Na primeira, apresentada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), foi pedida que a PEC fosse retirada de votação,

Em reunião com Sarney, líderes decidem que subteto continuará na reforma

sob o argumento de que o senador Tião Viana ainda não apresentou ao Plenário uma segunda emenda paralela, que aproveitaria 112 emendas feitas à reforma previdenciária. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na semana passada, Viana informou que apresentaria a nova proposta em dois dias. O presidente José Sarney rejeitou a questão de ordem e Demostenes Torres propôs que a decisão do presidente fosse votada por todos os senadores. No final, a decisão de Sarney foi aprovada com 47 votos favoráveis e 22 contrários.

Em seguida, o senador Almeida Lima (PDT-SE) apresentou questão de ordem, susten-

tando que a tramitação da reforma não poderia ser aceita, pois conteria artigos que ferem a Constituição, como a redução de salários dos servidores públicos. No caso, ele considera como redução salarial a instituição da contribuição previdenciária de 11% para todos os funcionários aposentados e pensionistas. Novamente o presidente do Senado rejeitou a questão de ordem e, em votação simbólica, o Plenário concordou com José Sarney.

Requerimentos

Por já ser tarde e não mais haver tempo para votação da reforma e das emendas, o presidente Sarney adiou a votação da matéria para hoje, depois de consultar os líderes partidários. Ficou decidido que a sessão começará com a discussão da reforma da Previdência, quando cada senador poderá falar por cinco minutos. A seguir, será colocado em votação o projeto, que até aqui não recebeu qualquer mudança no Senado.

Após essa votação, serão lidos e submetidos a voto apenas 11 requerimentos para que se-

jam votadas, de forma separada, emendas dos senadores. Oito requerimentos serão disputados no voto e eles podem ser aprovados ou rejeitados por maioria de 41 votos – a base governista diz que conta com no mínimo 45.

Se algum requerimento obtiver aprovação, a emenda em destaque será votada. Caso se trate de emenda alterando conteúdo, o seu autor deve conseguir 49 votos para mudar a reforma. Sendo supressiva de artigo ou parágrafo, caberá aos governistas obter 49 votos para derrubá-la, já que o governo quer aprovar a reforma sem mudanças no Senado, o que permitirá sua promulgação, após uma segunda votação de Plenário.

Ainda mediante acordo, dezenas de requerimentos para votação em separado de outras emendas serão submetidos a deliberação conjunta. É praticamente certo que eles serão rejeitados.

A sessão de ontem contou com a presença de todos os 81 senadores.



NEGOCIAÇÃO Paim (D) discute PEC com Genoíno (C) e Mercadante

Paulo Paim pede clareza nas regras de transição e do subteto

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem, em Plenário, clareza nas regras de transição para a aposentadoria dos servidores públicos, bem como na definição do subteto salarial.

O parlamentar declarou que não é justo uma pessoa que tenha começado a trabalhar aos 15 anos ter de contribuir por 45 anos para poder se aposentar com a idade míni-

ma de 60 anos.

Em apartes, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o Senado terá sensibilidade para solucionar esses problemas. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que Paim conseguirá o apoio dos senadores para muitas das idéias que defende.

Já Serys Slhessarenko (PT-MT) opinou que é essencial modificar as regras de transição e de paridade na

proposta de reforma.

Visita

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu ontem, em seu gabinete, o presidente do PT, ex-deputado federal José Genoíno, e o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para mais uma tentativa de negociação em torno da proposta de mudanças na Previdência Social.

REFORMAS

Eduardo Suplicy declara seu apoio à proposta que deve ser votada hoje. Já Mão Santa, Heloísa Helena, Almeida Lima e Paulo Octávio criticaram o texto formulado pelo Executivo e já aprovado na Câmara



ATUAÇÃO Segundo Mão Santa, base do governo age "como rolo compressor"

Proposta saiu de dados falsos, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67) da reforma da Previdência "foi toda inspirada em dados falsos e mentirosos de uma assessoria terceirizada". O parlamentar também classificou como "rolo compressor" a atuação da base governista no Senado para aprovar a reforma.

– Aqui no Senado, o relator, senador Tião Viana, limitou-se a endossar, como seu, o relatório do deputado José Pimentel [relator da proposta na Câmara], frustrando a expectativa dos senadores e descartando a missão institucional revisora do Senado da República. Essa PEC é perversa e criminosa. Essa é a reforma para proteger os ricos, os poderosos e o FMI.

Mão Santa disse que a crise da Previdência Social não se resolverá com a reforma proposta pelo Executivo, pois a sua crise estrutural não está sendo combatida. Segundo ele, estão atacando apenas um problema fiscal. Na avaliação do senador, não há uma crise da Previdência dos servidores públicos, mas excessos e privilégios de algumas poucas categorias e de algumas pessoas, que não chegam a 2% dos milhares de aposentados e pensionistas.

Suplicy anuncia voto com o governo na Previdência

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que votará favoravelmente à proposta de reforma da Previdência na forma em que foi aprovada pela Câmara dos Deputados. "Votarei de acordo com a proposição do governo, ainda que compreendendo que muitos dos anseios dos servidores sejam que estivessemos modificando alguns desses termos", afirmou.

Suplicy também registrou que remeteu carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva informando que o projeto de lei (PLS nº 254/03), de sua autoria, que institui a renda básica de cidadania pode ser votado hoje, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara. Ele lembra no documento que ministros das áreas econômica, social e política "têm



EXPECTATIVA Suplicy lembrou que projeto de renda básica será votado hoje na CCJ da Câmara

acompanhado de perto a tramitação do projeto e observado a consistência de seu conteúdo com os passos que têm sido dados até agora" pela administração petista.

Na carta, Suplicy relata o his-

tórico da proposta, desde 1991, quando ainda se chamava Programa de Garantia de Renda Mínima e propunha um imposto de renda negativo. Desde então, ele convenceu-se de que seria mais eficiente garantir uma renda básica incondicional e igual para todos, o que resultou na proposta de instituir a renda básica de cidadania a partir de 2005.

O senador disse ainda que, em encontros partidários, tem recebido "apelos fortes" para que o PT respeite a posição da senadora Heloísa Helena (PT-AL) na reforma da Previdência.

Maioridade penal

Suplicy também manifestou solidariedade aos familiares do casal de adolescentes assassinado em São Paulo. Ele afirmou não estar convencido da necessidade de diminuir para 13 ou 16 anos a maioridade penal.



DECISÃO Heloísa Helena garantiu que votará contra a reforma da Previdência

Para Heloísa, texto atende a interesse do FMI

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) conclamou os senadores a votarem contra a proposta de reforma da previdência. O texto, afirmou, atende unicamente "aos gícolos do Fundo Monetário Internacional e aos banqueiros nacionais e internacionais interessados em continuar recebendo R\$ 120 bilhões anuais de serviço da dívida". Ela garantiu que votará contra a proposta e disse haver um abismo entre as posições que os parlamentares do PT defendiam quando eram oposição e as teses que o partido abraça hoje.

– Choro porque dediquei os melhores anos de minha vida ao PT, quando aprendi valores como a defesa dos direitos dos trabalhadores que, hoje, o governo do PT quer tratar como se tivessem sido concessões das elites. Não foram. Esses direitos são reflexo de lutas e de bandeiras conquistadas.

Heloísa criticou a tese de que o déficit da Previdência seja decorrente de privilégios das aposentadorias de trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada.

– Todos sabem que são as razzanias de terno e gravata que saqueiam, a cada ano, R\$ 36 bilhões da Previdência Social. Sem esse roubo, o sistema não teria déficit – concluiu.

Almeida Lima convoca brasileiros a acompanharem voto dos senadores

O senador Almeida Lima (PDT-SE) convocou a população a acompanhar pela TV a sessão do Senado em que será votada, em primeiro turno, a reforma da Previdência. Os brasileiros, disse, "devem empreender uma vigília heróica para constatar se o Senado é uma trincheira de luta pelos interesses da população ou instrumento de condução do povo brasileiro à sala de espera de um futuro nebuloso".

Almeida Lima defendeu o voto contrário à proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência, frisando que este é o momento de os parlamentares mostrarem que



DINHEIRO Almeida Lima afirma que capital especulativo tem interesse na previdência privada

o Senado "não é um cartório do Executivo para aprovar a ignomínia que se quer praticar contra os aposentados, pensionistas e velhinhos da nação".

– Chegou a hora de o Senado se identificar diante da Nação angustiada. Agora ou nunca, a Casa se mostrará como Poder independente. Veremos quem é do discurso contra e do voto a favor, e quem é, no voto, leal ao discurso.

Almeida Lima disse não estar convencido de que o governo pretende, com a reforma, sanar o "rombo da Previdência criado por distorções e privilégios".

Para o senador, a tese defendida pelo governo "não convence ninguém", sendo apenas uma "cortina de fumaça para encobrir os interesses do capital especulativo", interessado na previdência privada.



Paulo Octávio: Senado pode se tornar "carimbador de decisões"

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que a reforma da Previdência vai prejudicar milhares de famílias e aposentados em nome de "urgências circunstanciais", e que a aprovação da proposta vai transformar o Senado em "um simulacro de homologações inconse-

qüentes, um mero balcão de ofício cartorário, para carimbar decisões já tomadas". De acordo com o senador, a forma como o texto está sendo votado é "um injustificado açodamento, uma decisão que não reflete necessariamente a convicção dos senadores".

Paulo Octávio afirmou ser preciso que a remuneração do dinheiro da Seguridade Social depositado no Tesouro seja obrigatoriamente destinada à própria Seguridade. Ele explicou que, da forma como o Orçamento é elaborado, é impossível aferir qual a parcela dos

recursos referentes à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional. A vinculação obrigatória, calculou Paulo Octávio, representaria isoladamente aporte de R\$ 8 bilhões para a Seguridade Social, consideradas as cifras oficiais.

Aelton pede ajuda para que prefeitos quitem 13º salário

Senador lembra que um quarto das prefeituras enfrentam dificuldades para saldar a gratificação

O senador Aelton Freitas (PL-MG) pediu que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, façam os esforços possíveis para ajudar os municípios a pagarem o 13º salário a seus servidores. Segundo ele, pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostra que um quarto dos prefeitos do país não sabe como saldar a gratificação, índice que atinge 50% em Minas Gerais.

O senador disse que, como já foi prefeito de uma cidade pequena (Iturama/MG), ficou sensibilizado com as reivindicações apresentadas por dezenas de prefeitos da Associação Mineira de Municípios, que se

reuniram com ele e com os demais senadores por Minas, Hélio Costa (PMDB) e Eduardo Azeredo (PSDB).

Frente a limitações do orçamento, Aelton disse não ter alimentado falsas expectativas e, como integrante da base do governo, observou que as solicitações estão sendo feitas "com os pés no chão".



DIFICULDADE Aelton apela ao governo por recursos para os municípios

Sibá cobra regulamentação do setor madeireiro no Pará

Diante da situação de violência latente na região de Altamira (PA), o senador Sibá Machado (PT-AC) conclamou os governos federal e estadual, bem como as empresas de exploração de madeira e entidades de conservação e fiscalização ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a sentarem à mesa de negociações e regulamentarem a exploração de madeira no Pará. A crise no estado, com ameaça de violência,



Conflito demanda medidas urgentes, diz Sibá Machado

demanda celeridade nas negociações, disse.

Segundo o senador, já surgiu um entendimento preliminar pelo qual as madeiras devem desocupar os prédios públicos que invadiram, o Ibama deve cessar as atividades de fiscalização e seja encontrada uma forma de libertar o barco do Greenpeace (entidade internacional de defesa do meio ambiente) que está preso no Rio Xingu.



PRESENÇA O vice-presidente José Alencar, entre Paulo Octávio e Romeu Tuma, participa da discussão

Encontro busca soluções para o turismo

A busca de soluções para a crise das empresas de aviação brasileiras, com conseqüências no turismo nacional, será um dos principais temas do 5º Congresso Brasileiro de Atividades Turísticas (CBratur) e do 1º Seminário Internacional de Turismo e Desenvolvimento, iniciados ontem. Os eventos são promovidos pela Subcomissão de Turismo do Senado, Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e Frente Parla-

mentar de Turismo.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF), presidente da Subcomissão de Turismo, ressaltou a conexão do setor de transporte aéreo com o turismo. Entre os problemas enfrentados pelas empresas aéreas, Paulo Octávio lembrou a falta de crescimento econômico, impostos altos e má distribuição de renda.

O vice-presidente da República, José Alencar, disse ter certeza de que as empresas aéreas

superarão a crise, até porque "estão unindo forças para enfrentar a adversidade".

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), que representou na cerimônia a Presidência da Casa, lembrou a importância de se oferecer segurança aos turistas. O senador lembrou que qualquer evento que ponha em risco a vida de um turista geralmente repercute em todo o mundo de forma negativa.

CPI quer verão livre de exploração sexual

A proximidade da temporada de férias levou a comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga as redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes a propor a realização do Pacto por um Verão Livre de Exploração Sexual. A iniciativa deve ter alcance nacional e envolver entidades governamentais e a sociedade civil no combate ao turismo sexual envolvendo menores.

– Estamos sempre buscando parcerias e alianças com a sociedade para avançar na luta contra a exploração sexual – assinalou a presidente da comissão, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Segundo a relatora da CPI, deputada Maria do Rosário (PT-RS), iniciativas de comba-



APOIO Patrícia Saboya (C), presidente da CPI, busca parcerias com a sociedade e o governo para a proteção de crianças e adolescentes

te ao turismo sexual desenvolvidas no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraná devem nortear

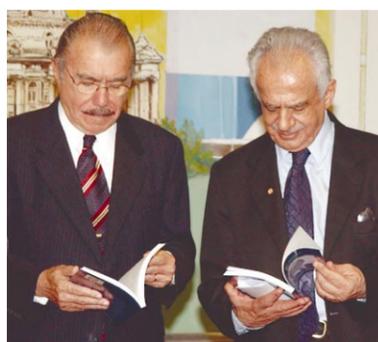
a formulação desse pacto, a ser lançado na segunda semana de dezembro.



José Jorge (E) ouve palestra de convidado

Especialistas defendem maior uso de gás natural

O mercado de gás natural no país está em crescimento e necessita de maiores investimentos, como forma de atender à demanda, segundo especialistas que participaram de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Eles defenderam a necessidade de construção de um maior número de usinas termelétricas para que o Brasil possa enfrentar possíveis problemas de energia.



Sarney e Simon durante lançamento

Livro exalta obra política do ex-senador Darcy Ribeiro

Numa solenidade de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente do Senado, José Sarney, participou ontem do lançamento do livro *Grandes Vultos que Honraram o Senado – Darcy Ribeiro*, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas da Casa.

Sarney homenageou o escritor primoroso, o humanista que dominava todos os ângulos do conhecimento e o antropólogo que reconstituía apaixonado a história da Humanidade.

Célio Azeredo

Roosevelt Pinheiro

Márcio Kalume

José Cruz

Márcio Kalume

VIOLÊNCIA

Senado e Câmara se reúnem para celebrar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Ministra canadense e atrizes participam da sessão solene, ao lado de senadoras e deputadas

Congresso repudia agressões contra a mulher

O Congresso comemorou ontem o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Participaram da sessão a ministra de Multiculturalismo e Situação da Mulher do Canadá, Jean Augustine, e as atrizes Vera Holtz e Vanessa Gerbelli, representando Manoel Carlos, autor da novela *Mulheres Apaixonadas*, além de representantes da Polícia Civil e organizações em defesa da mulher, entre outros.

O 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), registrou que o dia 25 de novembro foi definido em homenagem às irmãs Patria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, mortas em 1960 a



HOMENAGEM Representando as senadoras, Heloísa Helena recebeu flores durante a sessão do Congresso Nacional

mando do ditador Rafael Trujillo, da República Dominicana.

Na abertura, o Coral do Senado cantou o Hino Nacional e a música *Eu sei que vou te amar*, de Vinicius de Moraes e Tom Jobim.

Na sessão, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) entregou flores à ministra canadense; o senador Eduardo Siqueira Campos, à atriz Vera Holtz; a senadora Patrícia Saboya, à delegada da Polícia Civil do Distrito Federal Vera Lúcia; e a senadora Ideli Salvatti, à atriz Vanessa Gerbelli. Representando as senadoras, Heloísa Helena recebeu flores do senador Eduardo.

SERYS SLHESSARENKO



Discriminação atinge todas as classes sociais

Por considerar que, apesar dos avanços, as mulheres ainda não têm os direitos humanos assegurados e continuam a ser vítimas de discriminação e violência, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu maior mobilização da sociedade para pôr fim a esse problema social.

– Vamos espalhar esse movimento pelo Brasil afora. Muitas mulheres ainda são discriminadas. Nós mesmas, senadoras, sofremos discriminação em diversos momentos. A violência atinge as mulheres de todas as classes sociais de todos os países. Por isso, temos que nos movimentar. A nossa organização e mobilização podem fazer com que as coisas se alterem – afirmou Serys, que prestou homenagem especial às mulheres que lutaram no passado para assegurar os direitos femininos.

PATRICIA SABOYA

Crianças são diariamente violentadas

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) afirmou que os integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual, presidida por ela, encontraram um quadro de violência que os tem aterrorizado: “Crianças de 2, 4, 5, 8, 10 anos de idade que, diariamente, são violentadas no país”.

Segundo Patrícia, essas crianças estão expostas a todo o tipo de agressão, não apenas nas grandes cidades, mas também nas de médio e pequeno portes. São crianças, observou, que deveriam estar na escola, nas praças. “As meninas, brincando de boneca e os meninos, jogando futebol, soltando pipa.”

No entanto, esses menores nem sequer podem falar da violência, com medo de enfrentar o adulto, em geral conhecido, que praticou a agressão, relatou a senadora.



IDELI SALVATTI



Quem estupra não é macho, é covarde

Ao lado de políticas públicas que coíbam a violência contra a mulher, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) propôs que a sociedade repudie o homem que agride mulheres. Ela considera que essa é uma forma de fazer com que o agressor se sintam um ser “abjeto, infame e infeliz”.

– Que ser é esse homem que, para se impor, bate, não tem capacidade de cativar e se apaixonar, e estupra? Muito mais que políticas públicas de combate à violência, precisamos criar na sociedade brasileira uma repulsa a todo e qualquer ser violento, especialmente contra mulheres e crianças. De uma vez por todas, o machismo tem que deixar de ser um troféu. O homem que bate e que estupra não é macho, é covarde e merece a repulsa da sociedade – declarou Ideli.

ANA JÚLIA

Projetos de lei aprovados são avanços

Na sessão solene, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou, como avanços, dois projetos de lei aprovados pelo Senado: o do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que prevê penas mais rigorosas para quem cometer violência doméstica e o da ex-deputada Socorro Gomes, transformado em lei com a sanção presidencial na última segunda-feira, que obriga os serviços de saúde públicos e privados a notificar os casos de violência contra a mulher.

Ana Júlia registrou, com elogios ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, a criação do Pronaf – Mulher (Programa Nacional de Agricultura Familiar). E disse que o presidente Lula tem buscado garantir melhores condições de vida para a mulher. “Não tenho dúvidas desse compromisso do presidente”, afirmou.



JOÃO CAPIBERIBE



Ainda há poucas mulheres no Congresso

Para o senador João Capiberibe (PSB-AP), o equilíbrio na correlação de forças entre os dois gêneros nos parlamentos contribuirá para pôr fim à violência contra a mulher. Em vez de se dirigir às mulheres, o senador preferiu orientar seu pronunciamento ao homem agressor, que, disse, precisa tomar consciência da necessidade de tratamento igualitário em relação à mulher.

– Somente o equilíbrio nas relações pode fazer com que se chegue a uma situação de mais harmonia. Para isso, é importante a participação política da mulher. Não pode continuar a prevalecer o que ocorre no Congresso, onde há apenas dez senadoras e 45 deputadas; são menos de 10% dos parlamentares, enquanto somam mais de 50% da população – disse João Capiberibe.

AUGUSTO BOTELHO

Dona-de-casa separada não tem proteção

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) anunciou que está elaborando proposta de emenda à Constituição (PEC) para garantir a divisão dos direitos previdenciários no caso de separação conjugal, o que beneficiaria as mulheres que se dedicaram a cuidar da casa e da família.

Conforme o senador, além da violência doméstica, há a violência do Estado contra a dona-de-casa. Augusto Botelho lembrou que, se tudo correr bem no casamento, a mulher não sofrerá prejuízo. No entanto, se o casamento durar, por exemplo, 25 anos, e depois o homem “resolver desfazer o lar”, a lei, embora permita a divisão dos bens, tem falha grave em relação aos direitos previdenciários.

Para o senador, o Brasil ostenta números vergonhosos sobre a violência contra a mulher.



VIOLÊNCIA

Durante encontro com José Sarney, pai de jovem assassinada manifesta apoio a proposta que submete ao Código Penal jovens criminosos. Demostenes propõe aumento de medida educativa para até oito anos

FÁTIMA CLEIDE



No Brasil ainda há muito a conquistar

Ao mencionar a adoção de políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que, ainda assim, elas têm muito a conquistar, especialmente no Brasil, onde, a seu ver, há muita discriminação.

A senadora relatou que a discriminação contra as mulheres "também é grande nas atividades públicas", afirmando que, como política, tem que disputar, "violentamente, cada milímetro de espaço", apenas por ser mulher.

Os avanços registrados e a evolução no respeito e na proteção às mulheres, na opinião de Fátima, foram conquistados graças à determinação dos movimentos feministas.

Ela destacou a criação, pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, da Secretaria Especial das Políticas para a Mulher e a adoção do Programa de Combate à Violência contra a Mulher. Entre as ações do Legislativo, a senadora registrou a aprovação de leis de proteção, como a que determina a notificação de agressões contra a mulher por agentes públicos.

Fátima Cleide afirmou que em Rondônia a violência contra a mulher tornou-se um fato rotineiro. A senadora homenageou nove mulheres de várias nacionalidades, entre elas Olga Benário Prestes e Rosa Luxemburgo, e a menina brasileira Vanessa, de 9 anos, morta no conflito de Corumbiara, em 1995.

LÚCIA VÂNIA

Necessidade de envolvimento da sociedade

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou medidas para coibir a violência contra a mulher e o avanço da prostituição. Na sua opinião, a chamada violência de gênero "é um problema mundial ligado ao poder, privilégios e controle masculinos".

A representante goiana observou que o problema da violência não será resolvido enquanto toda a sociedade não se envolver. O que as mulheres puderam fazer sozinhas, já o fizeram, destacou a senadora. A seu ver, é preciso questionar até que ponto o avanço dos direitos das mulheres nos últimos 40 anos significou, de fato, autodeterminação, emancipação e igualdade nas oportunidades sociais.

Segundo Lúcia Vânia, mais recentemente registraram-se avanços no campo da legislação, como a transformação do estupro de crime contra os costumes em crime contra a pessoa. Também foi aprovada a criminalização do assédio sexual e as penas de prisão e multa para quem fotografar ou publicar cena de sexo ou pornografia envolvendo crianças, destacou.

Ela advertiu que a exploração sexual de menores é uma das faces da violência contra a mulher, uma vez que meninas e adolescentes são as maiores vítimas das redes de prostituição. E apontou a Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual como o foro em que se revelou a sofisticação do comércio de mulheres nos últimos anos.



CAMPANHA Ari Friedenbach, na companhia de Magno Malta, é recebido por Sarney

Pai defende redução da maioria penal

Acompanhado do senador Magno Malta (PL-ES) e do deputado Luiz Antonio Fleury (PTB-SP), o advogado Ari Friedenbach foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem manifestou sua opinião a favor da redução da maioria penal. Pai de Liana Friedenbach, morta a facadas por um menor, em São Paulo, o advogado apóia proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador capixaba.

Denominada por Magno Malta de "PEC Liana

Friedenbach", a proposta estabelece que qualquer menor que cometa crime envolvendo morte, latrocínio ou estupro perderá imediatamente a menoridade penal para ser colocado à disposição da Justiça como se fosse maior de idade.

O senador afirmou que o crime de que foi vítima Liana Friedenbach e seu namorado, Felipe Caffé, é um triste exemplo dos erros praticados sob o abrigo da lei penal brasileira. Ele se referiu especialmente ao Estatuto da Criança e do Adolescente,

que na sua opinião "protege crimes hediondos, cometidos por aqueles que não atingiram a faixa etária de 18 anos".

Na audiência, José Sarney se solidarizou com a dor de Ari Friedenbach. Quanto à proposta de redução da maioria penal, afirmou: "Estou inscrito nesta luta".

O presidente do Senado recebeu o pai de Liana no momento em que se reunia com os líderes partidários para estabelecer um acordo para a votação da reforma da Previdência Social.

Malta pede comissão mista para examinar PECs sobre o assunto

A proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Magno Malta (PL-ES) diminui a maioria penal para 13 anos quando o menor tiver praticado qualquer crime definido pela lei como hediondo. A legislação brasileira considera como crimes hediondos o homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio; o homicídio qualificado; o latrocínio; a extorsão qualificada pela morte; a

extorsão mediante sequestro; o estupro; o atentado violento ao pudor, entre outros.

Em virtude de várias matérias sobre o tema estarem tramitando tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, Magno Malta propôs ao presidente daquela Casa, João Paulo Cunha, a criação de uma comissão mista conjunta para analisar essas proposições.

– O Estatuto da Criança e do Adolescente re-

presentou um avanço enorme, mas vivemos uma época de globalização, do avanço do tráfico de drogas, em que a Internet tomou conta de tudo. Não é possível achar que um homem de 17 anos que estupra e mata deva ser chamado de criança. Que um moço de 16 anos que pode gerar filhos, estuprar, votar, tirar e colocar presidente ou prefeito não possa responder pelos seus atos – argumenta o senador.

Demostenes quer ampliar a internação

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) anunciou ontem a apresentação, na semana passada, de projeto de lei "que traz o Estatuto da Criança e do Adolescente para a realidade brasileira". O projeto, explicou, aumenta o tempo máximo de internação do menor em instituição reeducativa de três para oito anos e passa a idade máxima para a liberdade compulsória de 21 para 25 anos.

A proposta também impõe um tempo mínimo para a restrição da liberdade. Conforme a gravidade do ato infracional, esse tempo será de dois a quatro anos. A proposição determina ainda que o estabelecimento de segregação mantenha a escola em tempo integral nos ensinos fundamental e médio.

Para Demostenes Torres, "o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma ótima lei, mas perdeu a credibilidade por não ter considerado na sua formulação sociológica que o mesmo Brasil que ascendia aos novos tempos de estado de direito estava em decomposição por conta da ação do tráfico de drogas e toda manifestação do crime organizado".

O senador por Goiás criticou a atuação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, a seu ver, tem sido "um tolo na colina contemplando as ruas das nossas Faixas de Gaza como se essa guerra não fosse, primordialmente, do governo federal".



DESCRENÇA Demostenes afirma que o estatuto perdeu a credibilidade

Educação apóia universidade no Cariri

A indicação para a elaboração de estudo de criação de uma universidade federal na região do Cariri, no sul do Ceará, apresentada pelo senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação, elaborado por Ideli Salvatti (PT-SC). O caminho futuro da matéria ainda será definido pela assessoria da comissão, podendo ser a apreciação pela Câmara ou o encaminhamento da sugestão ao Ministério da Educação.



Célio Azeredo

VOTAÇÕES Comissão de Educação reuniu-se ontem sob a presidência de Osmar Dias

Rodovia poderá receber nome de Chico Xavier

A Comissão de Educação aprovou relatório de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto (PLS nº 371/03) de Aelton Freitas (PL-MG) que dá o nome de Chico Xavier a trecho da rodovia BR-50 entre a divisa de São Paulo e Minas Gerais e que liga os municípios mineiros de Uberaba e Uberlândia. Foi aprovado ainda relatório de Aelton Freitas a projeto (PLS nº 414/03) de Hélio Costa (PMDB-MG) que denomina Deputado Raul Belém outro trecho da mesma rodovia localizada na divisa de Goiás e Minas Gerais.

Indenização às famílias das vítimas de Alcântara é aprovada pela CAE

■ Patrícia Saboya observa que perda de 21 servidores no Centro de Lançamento comoveu o país

As famílias das vítimas do acidente ocorrido no dia 22 de agosto deste ano no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, poderão receber indenização do Estado, a título de reparação de danos. É o que estabelece o Projeto de Lei da Câmara nº 78/03, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e será ainda apreciado pelo Plenário do Senado.

O projeto estabelece que a indenização corresponderá ao produto da remuneração fixa do servidor, recebida no mês anterior ao do acidente, pelo número de anos remanescentes até a data em que completaria 65 anos. Concede ainda bolsa-educação especial, a ser paga mensalmente aos dependentes das vítimas, até que os mesmos completem 24 anos de idade.

A reparação, de acordo com

a proposta, também será concedida aos dependentes legais do subtenente do Exército Alcir José Tomasi, morto no dia 19 de junho quando fazia a segurança do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Santo André (SP).

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que o projeto está tramitando em regime de urgência e determinou seu ime-

diato encaminhamento à Mesa do Senado. A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) ressaltou, em seu relatório, que a perda dos 21 servidores, que faleceram em serviço no Centro de Lançamento de Alcântara, acarretou, "além de comoção em todo o território nacional, um sério abalo para o Programa Aeroespacial Brasileiro".

A relatora citou a exposição de motivos encaminhada pelo

Executivo, segundo a qual os técnicos "não mais poderão auxiliar a atingir a meta de abrir uma rota independente para o Brasil no espaço". O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou que isso significou um retrocesso para o país e pediu que o projeto aeroespacial brasileiro seja retomado com afinco, para que o Brasil não perca sua oportunidade em um mercado tão competitivo.



José Cruz

URGÊNCIA Ramez Tebet (E) determinou encaminhamento imediato de projeto à Mesa do Senado



Roosevelt Pinheiro

SEM RECURSOS Bornhausen diz que Lula não cumpre promessas de campanha

Bornhausen vê descaso do governo com SC

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) reclamou da forma como o presidente Lula está tratando Santa Catarina. Ele disse que nem sequer foi cumprida a promessa, feita às vésperas do segundo turno da eleição presidencial, de priorizar a duplicação do trecho sul da BR-101. Ao contrário, registrou, logo em seu primeiro mês de mandato, o presidente determinou a suspensão da licitação para a realização da obra.

– O pior é que o Orçamento da União para o próximo ano coloca apenas R\$ 43 milhões para a obra. O que há, na realidade, é a falta de sentimento humano para com os que vivem naquela região

Outra promessa que Lula teria feito e não cumpriu, segundo Bornhausen, foi a de manter o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) como banco público, mas federalizado. Até o momento, segundo o senador, nenhuma solução foi dada ao Besc. Bornhausen também protestou contra a falta de repasses de verbas do governo federal para o Hospital Universitário de Santa Catarina.

Crédito para o Piauí amortecer dívidas com a União

O governo do Piauí obteve ontem autorização da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para utilização de créditos adquiridos na época da federalização do Banco do Estado do Piauí (BEP) para amortizar suas dívidas com a União.

A operação, que tramitará em regime de urgência no Plenário, envolve recursos de até R\$

51 milhões provenientes de créditos junto ao Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) referentes à carteira imobiliária do BEP, e de até R\$ 10,44 milhões decorrentes do contrato de refinanciamento de dívida que o banco celebrou com a prefeitura de Teresina e com a Empresa Teresinense de Desenvolvimento

Urbano (Eturb).

O projeto de resolução de Aloizio Mercadante (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC) obteve parecer favorável de Efraim Moraes (PFL-PB).

O presidente da CAE concedeu vista coletiva ao parecer de Jonas Pinheiro (PFL-MT) favorável ao pedido de autorização, encaminhado pelo Executivo,

para a contratação de US\$ 100,4 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pela prefeitura de São Paulo. Também foi concedida vista coletiva ao projeto de ampliação do prazo de parcelamento das dívidas estaduais e municipais junto ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Heráclito Fortes, João Alberto Souza e Jonas Pinheiro